

Jessica Santana Bruno¹

jessicabruno2@hotmail.com

Ações afirmativas face ao silenciamento: mudanças e perspectivas no cenário brasileiro

Acciones afirmativas ante el silenciamiento: cambios y perspectivas en el escenario brasileño

Affirmative actions in the face of silencing: changes and perspectives in the Brazilian scenario

Resumo: Este texto parte de um diálogo com experiências de aprendizado compartilhadas no *Seminário Espaços Políticos no Estado Pós-Colonial*, vinculado ao programa doutoral *Pós-colonialismos e Cidadania Global*. Apresenta debates acerca dos legados da racionalidade colonial, fator que contribui historicamente para o silenciamento dos trabalhos intelectuais de negras e negros nas universidades brasileiras e, o que se tem experienciado de mudanças, a partir das ações afirmativas, sobretudo a partir das políticas de reserva de vagas para populações negras, indígenas e pessoas oriundas de escolas públicas. O estudo traz, de forma mais próxima, reflexões oriundas da experiência do coletivo de pesquisadoras negras *Angela Davis - Grupo de pesquisa em gênero, raça e subalternidade*, vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A ocupação do espaço acadêmico por corpos negros que carregam a experiência ancestral da luta por afirmação e humanização, são contributos potentes ao enfrentamento à mercantilização do conhecimento.

Palavras-chave: Racismo, universidade, justiça cognitiva.

Resumen: Este texto es parte de un diálogo con las experiencias de aprendizaje compartidas en el *Seminario sobre Espacios Políticos en el Estado Poscolonial*, vinculado al programa de doctorado *Poscolonialismo y Ciudadanía Global*. Presenta debates sobre los legados de la racionalidad colonial, factor que históricamente contribuye al silenciamiento del trabajo intelectual de negros y negros en las universidades brasileñas y, lo que se ha vivido de cambios, basados en acciones afirmativas, especialmente desde las políticas de reserva de vacantes para negros,

¹ Doutoranda do programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra; Mestra em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade - Universidade Federa da Bahia; Graduada em Licenciatura em História - Universidade Federa do Recôncavo da Bahia; pesquisadora do coletivo Ângela Davis (UFRB); integrante do Núcleo Antirracista de Coimbra; Educadora popular; com projeto de investigação centro no acesso de afrodescendentes negras/os às universidades públicas.

indígenas y personas de escuelas públicas. El estudio acerca, de manera más cercana, reflexiones provenientes de la experiencia del colectivo de investigadores negros *Angela Davis - Grupo de investigación sobre género, raza y subordinación*, vinculado a la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia. La ocupación del espacio académico por cuerpos negros que portan la experiencia ancestral de la lucha por la afirmación y la humanización, son poderosos aportes a la lucha contra la mercantilización del conocimiento.

Palabras clave: Racismo, Universidad, justicia cognitiva.

Abstract: This text is part of a dialogue with the learning experiences shared during *Political Spaces in the Post-Colonial State seminar*, from the doctoral program in *Post-colonialism and Global Citizenship*. It presents debates about the legacies of colonial rationality, that contributes historically to the silencing of the intellectual work of blacks peoples and blacks in Brazilian universities and, what changes has been experienced, based on affirmative actions, especially from the policies of vacancies for black, indigenous and people from public schools. The study brings, in a closer way, reflections coming from the experience of the collective of black researchers *Angela Davis - Research group on gender, race and subordination*, linked to the Federal University of Recôncavo da Bahia. The occupation of the academic space by black bodies, that carry the ancestral experience of the struggle for affirmation and humanization, are potent contributions to the fight against the commodification of knowledge.

Keywords: Racism, university, cognitive justice.

Introdução

Gosto de pensar a política de cotas como uma oportunidade que esse povo preto periférico de baixa renda está dando ao mundo acadêmico convencional, eurocêntrico e embranquecido de conhecer os nossos saberes.

(Flávia Oliveira)

Ações Afirmativas têm sido aplicadas por diversos países ao redor do mundo como políticas de enfrentamento às discriminações raciais e seus efeitos na sociabilidade de grupos discriminados. O termo Ações Afirmativas tem origem nos Estados Unidos, em 1960, quando, o então Presidente John Kennedy, ao responder a reivindicações de movimentos negros que lutavam contra a discriminação e pela obtenção de direitos civis, promove uma série de atos que buscavam a igualdade entre pessoas brancas e negras **Joaquim Benedito Barbosa Gomes** (2001: 6-7).

Já a política de cotas raciais teve seu marco no *Civil Rights Act*,² também nos EUA, promulgado em 1964. O estatuto obrigava as instituições educacionais, que recebiam recursos financeiros federais, a promover a integração racial em seus programas, levando o fator raça em consideração em seus processos de seleção de estudantes (**Gomes**, 2001: 8).

No caso específico do Brasil, o país é signatário de todas as declarações, tratados e acordos internacionais consensuados globalmente para a proteção e promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento. As lutas pelas ações afirmativas foram trazidas a público, sobretudo, por movimentos sociais negros, ao exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), movimento ao qual as políticas de ações afirmativas faziam parte das discussões internas desde os anos de 1980 e foi, paulatinamente, ocupando um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações (**Gomes**, 2012: 739). Estes movimentos denunciaram, entre outros fatores, a **falta de igualdade racial e de representatividade de pessoas negras e indígenas** nas instituições universitárias públicas. O Coletivo de pesquisadoras negras, Angela Davis (UFRB), do qual faço parte, tem empregado como estratégia de promoção da visibilização de intelectuais negras/os, a subversão das normas técnicas de referenciamento, grafando o nome completo e destacando em negrito a presença de intelectuais negras/os nos textos acadêmicos que elaboramos, para que as/os leitoras/es reconheçam a presença destas/es na intelectualidade.

No contexto brasileiro, as políticas de ação afirmativa adquiriram visibilidade após a realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial,

² Lei dos Direitos Civis no Brasil.

a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Na ocasião, o Estado brasileiro comprometeu-se, oficialmente, a superar o racismo e estabelecer políticas concretas para a sua superação.

A mais significativa política de inclusão no acesso às universidades federais brasileiras deu-se em 2013, na vigência do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), em virtude da aprovação da Lei Federal 12.711/2012, popularmente chamada Lei de Cotas. A lei tornou obrigatória a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os, indígenas, oriundas/os de escolas públicas e de baixa renda. A determinar ainda, que a reserva respeite a proporção de pretas/os, pardas/os e indígenas em cada Estado brasileiro, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além das cotas raciais, fez parte das políticas de ação afirmativas do governo: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); as leis 10.639/03 e 11.645/98, que instauram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, Africanas e dos povos indígenas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a lei 11.096/2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

O Projeto de Lei 73/1999, que deu origem à Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), tramitou por mais de dez anos até sua sanção efetiva, tendo incluído, a partir da Lei 13.409 de 2016, em cada uma dessas quatro cotas, várias subcotas para pessoas com deficiência, também na proporção de sua participação na população, tendo tido também, como política de ampliação da ação afirmativa no ensino superior do país, investimento à contínua expansão da oferta de vagas, tanto nas universidades federais, quanto nas estaduais e à interiorização de universidades federais, com a criação de novos campus e universidades em regiões do Brasil, onde não havia instituições universitárias, a partir do Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI (INEP, 2013).

Atualmente, as universidades federais aderem unanimemente ao sistema de cotas estabelecido pela Lei de Cotas, e seguem parâmetros comuns no que diz respeito aos procedimentos, número e distribuição de vagas reservadas, tipos de beneficiárias/os e condicionalidades.

É neste contexto que é criada através da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, tendo sido inaugurada pelo presidente Lula da Silva no ano posterior. A UFRB é uma instituição fruto da política pública REUNI, que permitiu a facilidade do acesso à educação superior de estudantes residentes nas cidades do interior do Estado da Bahia. É também considerada a universidade mais negra do Brasil, em número de discentes. De acordo com os dados do *Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB*, publicados no ano de 2017, 83,4% das/os estudantes da instituição autodeclararam-se negra/os e 82% oriundas/os de famílias com renda total de até um salário-mínimo e meio. O estudo também aponta que, neste universo de 83,4% de estudantes negras e negros, 71,89% encontravam-se em situações de extrema vulnerabilidade social. Acrescido a isso, a UFRB foi a primeira universidade do Brasil a ter uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAE) e a aplicar, de modo integral, as políticas de cotas, em 2012.

Como resultados destas políticas afirmativas, o acesso de estudantes de camadas sociais que historicamente foram privadas do direito à educação superior vem rompendo a frequente tradição de baixa escolaridade a qual estes grupos sociais vêm sendo sistematicamente submetidos. Existem muitos estudos sobre este tema no contexto brasileiro, ao exemplo dos estudos de **Diane Brito Reis (2007)**; **Nilma Lino Gomes (2012)**; **Jocélio Teles dos Santos (2012)**; **Cláudio Orlando Costa do Nascimento e Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (2013)**. É meu objetivo acrescentar, neste âmbito, reflexões relacionadas aos contributos das subjetividades de pessoas negras na espacialidade da academia.

A UFRB está inserida na região do recôncavo da Bahia, que é composta por distintas particularidades socioculturais, por sua localização geopolítica, seus territórios de identidade, suas comunidades tradicionais, rurais, pesqueiras, quilombolas, por forte presença do candomblé e de distintos movimentos sociais. No entanto, apesar da riqueza em diversidade sociocultural, a região possui um legado histórico de marginalização socioeducacional e carecimento de políticas públicas de inclusão social.

Fiz parte do momento histórico de acesso de populações historicamente subalternizadas socio-racialmente à educação superior, por meio da política de cotas raciais. Ingressei em 2010, no curso de Licenciatura em História da UFRB, quando a instituição já aplicava a política de reserva de vagas, mesmo esta ainda não sendo uma ação institucional obrigatória nacionalmente. Carrego um imenso orgulho de fazer parte desta história, mas também carrego marcas profundas do estigma que impregnou e ainda

continua a impregnar intensamente o imaginário social, de que estudantes cotistas (é como têm sido denominadas/os estudantes que acessam às universidades por meio das políticas de cotas) não possuíam nível de qualificação suficiente para ocuparem, na condição de estudantes, as universidades.

Neste cenário, a mensagem que nos era transmitida era que aquele lugar intelectual não nos pertencia, pois não possuíamos competência suficiente para ocupá-lo e, seríamos assim, também responsáveis pela queda da qualidade das instituições universitárias. Argumentos que nos retirava o sentimento de pertencimento às instituições e nos impelia o sentimento de culpa. Por um ano e meio frequentei a universidade acreditando estar ocupando um lugar que não me pertencia e para o qual não possuía competência intelectual para ter acessado. Com isto, fui uma estudante muito silenciosa, só falava durante as aulas quando havia atividade avaliativa e eu me sentia obrigada a cumprir tal critério de avaliação. Mesmo nestes momentos a minha fala era carregada de medo e insegurança. Infelizmente, não posso ainda dizer que superei este sentimento de insegurança quando em âmbito acadêmico, mas, o constrangimento e recusa em me afirmar estudante cotista, que sentia quando neste período de início de curso de graduação, se transformou em um imenso orgulho e afirmação.

Durante a minha graduação fui assistida pelo *Programa de Educação Tutorial – PET-Conexões de Saberes – UFRB e Recôncavo em Conexão*. As/os estudantes assistidos por este programa recebiam uma bolsa de quatrocentos reais mensais e tinha a formação acompanhada por uma/um professora/professor tutora/tutor, que auxiliava as ações de formação curricular e extracurriculares. No meu caso, fui tutorada pelo Dr. **Cláudio Orlando Costa do Nascimento**, que, a partir das ações de formação que realizava, me possibilitou ter uma compreensão profunda do contexto sociocultural ao qual estava inserida, e com isto, passei a entender melhor meus lugares de pertencimentos identitários e compreender que meu ingresso e permanência na universidade era um direito do qual havia existido muita luta da minha ancestralidade para que eu tivesse acesso.

Não fosse assistida por este programa, durante a graduação, não teria condições materiais de concluir o curso e, talvez, não tivesse superado o sentimento de não pertencimento à instituição, embora, neste aspecto, tenha existido na UFRB, muitas ações de acolhimento à estudantes cotistas, que visava auxiliar na superação do sentimento de não pertencimento ocasionado pelas estigmatizações.

Inseridas nestes contextos, as universidades são, neste estudo, compreendidas como espaços sociais e políticos, tendo aqui a noção de espaço alicerçada nas

compreensões de Lefebvre (2006). Assim, entendo as universidades, não como espaços formais abstratos, mas como produto de um processo social específico, historicamente construído. Ademais, entendo que, para além de um reflexo passivo das sociedades, as universidades são espaços políticos atravessados em seu interior por lutas sociais.

Neste entendimento, posicionada na experiência da UFRB, a partir das experiências com o Coletivo Angela Davis - Grupo de pesquisa em gênero, raça e subalternidade,³ é objetivo responder à pergunta: Até que ponto a espacialidade da universidade foi transformada, a várias escalas, a partir das subjetividades negras?

O silenciamento como mordada epistêmica

O acesso de estudantes de camadas sociais que historicamente foram privadas do direito à educação superior, a partir da política afirmativa de reserva de vagas, vem contrariando a lógica meritocrática e excludentes, presentes na educação do Brasil. A entrada destas/es estudantes nas universidades está a romper com a frequente tradição de baixa escolaridade a qual estes grupos sociais são sendo sistematicamente submetidos.

Os movimentos sociais negros brasileiros, ao reivindicarem as políticas de ação afirmativa para o acesso equânime às universidades, não só reexpuseram a inexistência da democracia racial – fator histórico, reconhecidamente fundamental na narrativa da formação da nação – como também, centralizaram a raça como uma categoria política de ação e luta contra o racismo. Isso forçou uma inflexão no pensamento social, e conduziu, a partir dos estudos étnico-raciais, uma reflexão sobre o impacto do racismo nas relações sociais na educação brasileiras. As ações dos movimentos negros trouxeram à tona a questão da raça, articulada como uma categoria analítica e de luta política. E faz com que esta entre no debate e na pauta nacional, apontando a urgência da integração social da população negra, historicamente excluída das universidades e de distintos locais de valorização nas hierarquias do trabalho (Figueiredo, 2016).

Nesse contexto, é importante destacar a ruptura entre o racismo contemporâneo e as teorias raciais ocidentais dominantes no século XIX, fundamentadas na crença da existência de diferenças biológicas entre os seres humanos, bem como as diferentes formas de interpretação das desigualdades raciais ao longo da história do Brasil. É necessário, a partir destas implicações, teorizar as "raças" como construtos sociais.

³ Conheça mais sobre o Coletivo Angela Davis a partir do website <https://coletivoangeladavis.wordpress.com/>. Último acesso em: 25 de julho de 2020.

Formas de identidades baseadas em uma ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz na construção, manutenção e reprodução de diferenças e privilégios sociais.

Guimarães (1995) considera que as raças não existem no sentido estritamente realista da ciência, portanto, não é um fato no mundo físico, mas é um fato existente no mundo social, sendo produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas. Aníbal Quijano (2009) elabora o conceito de colonialidade do poder, a partir do qual argumenta que, como resultado das invasões e colonização das Américas pelos povos europeus no século XVI, constituiu-se um padrão de poder mundial que teve como base classificações e hierarquias sociais expressas na ideia de raça. Neste prisma, a partir da construção da ideia de raça, estabeleceu-se a divisão racial do trabalho, que produziu a hegemonia do homem branco europeu em relação aos demais povos do mundo. O conceito de colonialidade do poder marca a sobrevivência deste padrão de poder mundial atualmente.

No horizonte do conceito de colonialidade do poder, elaborado por Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo (2005) elabora o conceito de colonialidade do saber e María Lugones (2014) desenvolve o conceito de colonialidade de gênero, que auxiliam a compreensão de como as hierarquias sociais de raça, gênero e do conhecimento expressam-se na contemporaneidade no sistema mundo capitalista colonial moderno patriarcal (Grosfoguel, 2016: 25).

Ao que diz respeito aos estudos sobre os conflitos raciais no Brasil, em *Patologia Social do Branco Brasileiro*, **Alberto Guerreiro Ramos**, em 1982, já apontava a crueldade, a “má fê” subjacentes nos nossos estudos sobre a população negra no Brasil (**Ramos**, 1989: 234). Salientava que esses estudos contribuíam para minar o sentimento de segurança nas pessoas negras, assim como os nazistas utilizaram processos semelhantes com os judeus, que, para inferiorizá-los, entre outros processos, os transformaram em assunto.

Para Guerreiro Ramos:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida (**Ramos**, 1989: 215).

Edison de Souza Carneiro (1950) reuniu em *Antologia do negro brasileiro*, mais de uma centena de autoras/es que escreveram sobre o “negro-tema”. O “negro brasileiro”

é objeto de estudo corriqueiramente em artigos, livros, seminários e disciplinas. Como observou **Guerreiro Ramos** (1995) — que de forma provocativa insistia que as/os estudiosas/os incluíssem “o branco brasileiro” na equação. Uma crítica ao fato de a população branca não ser pensada também como racializada. Para Ramos, neste período, no que se referia à literatura sociológica e antropológica sobre raça, produzida por estudiosas/os brancas/os brasileiras/os, estas/es “neste domínio têm contribuído mais para confundir do que para esclarecer os suportes de nossas relações de raça” (**Ramos**, 1989: 216).

Em *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*, estudo publicado em 2005, José Jorge de Carvalho trata da questão das cotas no Ensino Superior mostrando, na época, dados alarmantes acerca do racismo imperante nas universidades do Brasil. A abrangência e consistência do racismo que se reproduz em todas as áreas da vida social e no interior das instituições universitárias, fora problematizada e, acerca da participação de negras e negros nas universidades públicas brasileiras, o estudo apontava que:

No Brasil, os estudantes universitários passaram de um contingente de pouco mais de 50 mil no início da década de 60 para chegar atualmente a mais de 1 milhão de matriculados, porém o número de estudantes brancos nas carreiras de alto prestígio das universidades mais importantes chega a 96% e em alguns casos a 98%. Esta é a mesma porcentagem que existia no ano de 1950: 4% de negros entre os estudantes. Já entre os professores é ainda pior: mais de 99% dos professores das Universidades públicas de presença nacional são brancos, em um país que os negros representam 47% da população brasileira. Em relação aos índios, até 8 anos atrás, sua exclusão era absoluta. (Carvalho, 2005: 13).

Ao discutir sobre a ausência de professores negros nas Universidades públicas brasileiras, **Angela Figueiredo** e Ramon Grosfoguel (2007) apresentam a hipótese que estas ausências ocorrem como o resultado da soma de diferentes fatores, que são:

a geopolítica do conhecimento, que tem levado a minimizar a produção dos intelectuais negros; o funcionamento da cultura acadêmica (networks) e do capital social e simbólico requeridos; o isolamento do intelectual negro, particularmente, quando ele é politicamente comprometido com o combate às desigualdade raciais e, evidentemente, ao racismo, tal como ele se manifesta em nossa sociedade (**Figueiredo** e Grosfoguel, 2007: 36).

Compreender os diversos fatores que contribuíram historicamente para exclusão e a marginalização da contribuição intelectual negra nas universidades brasileiras é de extrema importância. O discurso “universalista” — desassociado de práticas de fato universalistas e fortemente relacionado com a noção de mérito e a negação do racismo relacionado com a noção de mérito — contribuiu densamente para a manutenção das

desigualdades raciais nas universidades públicas do Brasil e foi responsável por reproduzir o discurso perverso de que as cotas, ao invés de aumentar o número de negras e negros nas universidades, iria criar o racismo e a discriminação neste espaço que se pensava ser imune a estas práticas. Um exemplo disso foi a carta pública ao Congresso Nacional: *Todos têm direitos iguais na República Democrática*.⁴ Com posicionamento contrário às cotas, a carta foi assinada por dezenas de intelectuais brasileiras/os, entre estas/es, Gilberto Velho – professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Ciências; Lília Moritz Schwarcz – professora titular de antropologia da Universidade de São Paulo e Serge Goulart – Integrante do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

A sistemática exclusão de intelectuais negras/os dos espaços universitários — não somente como estudantes, mas também como professoras e professores — era o que se mantinha encoberto por um discurso universalista. A epistemologia hegemônica — que se beneficia do discurso da imparcialidade/universalismo/neutralidade nos espaços acadêmicos — na realidade sempre teve cor: branca (**Figueiredo** e Grosfoguel, 2007). Seguindo este modelo, o Brasil manteve por anos um sistema acadêmico extremamente racista, silenciando a situação de quase total ausência da população afro-brasileira nas universidades, sustentando a falsa ideia de imparcialidade que nega o racismo.

Pouco mais de dez anos da publicação do estudo de José Jorge de Carvalho, conforme foi possível ver, a partir do exemplo da UFRB, com o *Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB*, é possível dizer que tivemos avanços inegáveis no que se refere ao acesso de negras e negros às instituições universitárias. Porém, ainda são muitos os desafios para que alcancemos justiça social, sobretudo ao que se refere ao perfil docente nestas instituições, âmbito onde ainda impera uma supremacia branca.

A pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*,⁵ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2018, registrou que o número de matrículas de estudantes negras/os e pardas/os nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o de estudantes brancas/os. Com base nos dados da pesquisa, em 2018, esse grupo passou a representar 50,3% dos estudantes do ensino

⁴ Disponível em: https://www.nacaomestica.org/abaixo_assinado_contra_cotas.htm. Acesso em: 25 de julho de 2020.

⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 25 de julho de 2020.

superior da rede pública. No entanto, embora representassem mais da metade dos estudantes nas universidades federais, esse grupo ainda permanecia sub-representado em termos correspondentes ao contingente populacional, que à época apontava que a população negra correspondia a 55,8% da população brasileira.

Podemos tomar a UFRB como exemplo desses avanços nacionais. Desde a sua criação em 2005, a UFRB, primeira universidade federal do interior da Bahia, elevou a oferta de vagas para além da capital do estado e vem ganhando destaque no cenário nacional pela sua política de inclusão social.

Dentro das matrizes de obliterações e silêncios das instituições universitárias acerca dos conflitos raciais no Brasil, podemos citar novamente o sociólogo baiano, **Guerreiro Ramos** (1915-1982), grande nome da intelectualidade negra brasileira, para tratar de dois graves problemas de âmbito acadêmico: as ausências e silenciamentos das contribuições de intelectuais negras e negros, o que **Angela Figueiredo** e Ramon Grosfoguel (2007) denominam de “política do esquecimento”, mecanismo pelo qual se apaga da memória das novas gerações tais contribuições. E, nas ramificações dessa política do esquecimento, o silêncio acerca dos estudos e teorias sobre os efeitos do racismo — muito tempo encoberto nas instituições universitárias pelo mito da horizontalidade entre os grupos racialmente diferenciados. O ecoar destes estudos seria um grande diferencial positivo em termos de conscientização da população de modo geral e empoderamento da população negra nos cursos de graduação.

Guerreiro Ramos desenvolveu estudos acerca do tema das hierarquias raciais no Brasil de modo singular, marcado pela postura de engajamento, cujas abordagens mais intensificadas foram elaboradas a partir dos últimos anos da década de 1940 e se estendeu até o final da década seguinte. Sua luta tinha um direcionamento voltado para uma perspectiva de integração das negras e dos negros na vida social. Perspectivava uma integração ampliadora dos horizontes, que rompesse com os limites que situavam a população negra como objetos de investigação no campo das ciências sociais.

A visão de **Guerreiro Ramos** acerca da negritude no Brasil está próxima da visão preconizada por **Frantz Fanon** (1925 - 1961), principalmente, no clássico *Pele negra, máscaras brancas* (1952). Bem como, o célebre estudo: *Tornar-se negro — As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), da brasileira, baiana e cachoeirana, **Neusa Santos Sousa** (1948-2008). Dois nomes pouco conhecidos por estudantes de graduação, assim como **Guerreiro Ramos** e tantos outros nomes da intelectualidade negra, vítimas da política do esquecimento.

O silenciamento tem sido marca na história da intelectualidade negra brasileira. Na iconografia da escravidão, o retrato da escravizada Anastácia,⁶ usando uma máscara de interdito à boca, rememora os horrores da escravatura e o seu persistente legado de racismo que também se reverbera no âmbito da intelectualidade.

Não existe uma história oficial ou consenso quanto à origem e vida de Anastácia, porém, em distintas narrativas, parte da sua vida em condição de escravizada se deu no território que atualmente corresponde ao estado da Bahia, havendo também narrativas que apontam o território como sendo seu local de nascimento. No que diz respeito à sua morte, algumas narrativas apontam que, após um prolongado período de tormento, Anastácia teria morrido de tétano, causado pela máscara que lhe interditava a boca. A história de opressão vivenciada por Anastácia ilustra a violência dos regimes de silenciamento perpetrados à população negra (bem como tantos outros povos) ao longo da escravidão e ainda atualmente. O modo como é narrada a sua morte, a partir do interdito à boca faz-se capaz de ilustrar como o silenciamento, não somente físico, mas também simbólico, tem sido historicamente mortal às populações subalternizadas racialmente.

A primeira indagação acerca da fala da subalterna foi feita em 1995, por Gayatri C. Spivak, onde formula a pergunta: “Pode a subalterna falar?” (Spivak, 2014). Em resposta à questão a autora afirma que não. Para Spivak, que recorre à imolação das viúvas na Índia como símbolo da subalterna, além de não falar, é impossível que a subalterna recupere a voz, mesmo que utilize toda a sua força e violência, pois, ainda assim, a sua voz não seria ouvida ou compreendida por quem exerce o poder nos quadros de relações desiguais de subjetivações. Neste sentido, a subalterna está limitada à posição de marginalidade e silenciamento prescrita pelo colonialismo.

Na teoria, a não fala da subalterna não se refere ao ato físico da fala, tampouco implica que esta não possa articular a fala, ou que não possa falar em seu próprio nome, mas sim, que não pode falar porque as estruturas de opressão não permitem que suas vozes sejam ouvidas. A posição de Spivak (2014), quanto à subalterna, faz-se problemática quando lida como afirmação absoluta, pois desse modo pode sustentar a ideia de que Sujeitos subalternizados/os não estão aptos a pôr em causa e a contrariar os discursos coloniais (Kilomba, 2019).

⁶ É possível ter acesso ao retrato de Anastácia em: <https://i.pinimg.com/originals/f5/e6/df/f5e6df30a9657a58baedeba77c188851.jpg> Acesso em: 25 de julho de 2020.

Rompendo a possibilidade de leitura absoluta da teoria formulada por Spivak, trago como próximo subtítulo deste estudo: Pode a/o subalterna/o falar! Para pôr em diálogo as experiências de enunciação de parte significativa da população negra brasileira no espaço acadêmico-científico, historicamente colonial, a partir dos tensionamentos e resultados das políticas de cotas raciais. O que dizem negras e negros quando não têm suas bocas seladas?

Pode a/o subalterna/o falar!

O acesso à universidade e a formação acadêmica de grupos étnico-raciais historicamente segregados e/ou sub-representados nas estruturas de poder da sociedade brasileira está a tensionar, não mais apenas de fora, mas, principalmente, internamente as dinâmicas institucionais de funcionamento, produção e reprodução de conhecimentos. E, assim, geram grande impacto nas suas autorrepresentações no conjunto da educação superior, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto qualitativos (Figueiredo, 2016).

A inserção nas universidades de populações historicamente subalternizadas tem sido marcada pela busca de novas formas de conhecimento acadêmico que estabeleçam relações que intervenham de modo direto nos problemas sociais efetivos que atingem nossas comunidades identitárias e de pertencimento regionais. Assim, conhecer para transformar é uma das características destes trabalhos, que refletem uma significativa mudança de perspectiva epistemológica que não mais almeja a neutralidade na tecitura de conhecimentos.

Nesse ínterim, é propósito do Coletivo Angela Davis – Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade, criar um espaço de diálogo sobre os resultados empíricos e metodológicos entre pesquisadoras ativistas nos estudos sobre as desigualdades raciais, de gênero e de classe.

O Coletivo Angela Davis – Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade foi criado em 2011, tendo como objetivos: 1) refletir sobre as implicações da intersecção de gênero, raça e classe em fenômenos e contextos socioculturais diferenciados; 2) produzir subsídios teóricos à compreensão dos mecanismos que fundamentam o processo de exclusão das mulheres negras, minorias sexuais e outros grupos subalternizados, assim como as formas de resistência por eles engendradas.

O nome do coletivo é uma homenagem à ativista, feminista negra e intelectual, Ângela Davis, cuja trajetória é uma fonte de inspiração política e epistemológica. O Coletivo Ângela Davis, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, desenvolve pesquisas e ações ensino e extensão que recobrem um amplo espectro temático: Saúde, Políticas Públicas, Sexualidades, Violência, Educação, Cibercultura. O Coletivo Angela Davis tem um histórico de atividades ativistas-formativas, das quais destacam-se a *Escola internacional transnacional de feminismo negro decolonial*, um evento anual promovido na cidade de Cachoeira (Bahia, Brasil), que conta com parcerias com o Diálogo Global, o Odara Instituto da Mulher Negra, bem como uma rede internacional de organizações feministas e decoloniais. A Escola conta com a participação de estudantes, ativistas de movimentos sociais, pesquisadoras brasileiras e de distintas nacionalidades que dialogam com as teorias do feminismo negro e decolonial, a partir de uma perspectiva transnacional. Em três anos de realizações, a Escola já contou com a participação de Angela Davis, Gina Dent, Ochy Curiel, Karina Ochoa, Kimberlé Crenshaw, Ângela Figueiredo e Conceição Evaristo.

O Coletivo Ângela Davis oferece anualmente consultoria gratuita para estudantes negras e negros que objetivam candidatar-se a processos seletivos para ingresso em cursos de pós-graduação. Durante as consultorias as pesquisadoras do coletivo se reuniram para responder questões sobre os processos seletivos, avaliar os projetos e simular entrevistas com as/os candidatas/os. Também promove anualmente a Oficina Feminista Negra, aberta para toda a comunidade acadêmica, mediante candidatura e seleção, a dialogar a partir da perspectiva interseccional às condições de gênero, raça, classe com base na dimensão teórica do feminismo negro, do feminismo e da descolonização do conhecimento.

Seguindo a perspectiva de conhecer para intervir, todas as pesquisas das/dos mais de trinta integrantes do Coletivo Ângela Davis estão engajadas na busca de conhecimentos que auxiliem no bem-viver das comunidades e territórios de identidade, da coletividade. Posso citar, por exemplo, as pesquisas de **Iansmin Gonçalves**, mestra em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB), com pesquisa desenvolvida sobre histórias de vida de jovens negras no contexto da educação pública. **Camila Moreira de Jesus**, doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolve pesquisa nas áreas de raça, classe, gênero e educação como foco específico em como algumas dessas categorias influenciam nas relações de sociabilidade e trajetórias de

adolescentes e jovens da rede pública de ensino. **Sintia Araújo Cardoso**, mestra em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM / UFBA), com pesquisa desenvolvida sobre gênero, raça e participação política de trabalhadoras domésticas; **Wellington Pereira**, doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), pesquisa trajetórias de professoras negras no magistério superior federal; **Angela Lucia Silva Figueiredo**, professora associada no centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, coordenadora do Coletivo Ângela Davis, está a atuar nas áreas de desigualdades raciais e de gênero, cultura negra, classe média negra, beleza negra, identidade negra, feminismo negro e emprego doméstico negro e escrita para as mulheres negras.

Na condição de pesquisadora do Coletivo Ângela Davis, compartilho, também, da perspectiva de conhecer para intervir, com estudos ligados ao acesso à educação superior de estudantes negras e negros.

Cumé que a gente fica?⁷

As instituições universitárias são, historicamente, um dos locais mais significativos da vida intelectual. Fornecem uma arena para moldar debates e promover investigações críticas. No entanto, algumas das lógicas principais de acordo com as quais a maioria das universidades operam historicamente, e continuam a operar hoje, promovem uma série de injustiças cognitivas que se reverberam em injustiças sociais (Dawson, 2020:71).

O silenciamento da memória histórica das epistemologias produzidas por povos colonizados, extraídas nos processos de colonização, foi constitutivo ao projeto moderno/colonial a partir do século XIX com a emergência do capitalismo industrial. Como consequência, a construção racial moderna concebeu o homem europeu como ser racial superior, a partir do mito racial moderno de que a ciência tem suas origens sob a égide de homens ocidentais (Grosfoguel, 2016: 142).

⁷ Subtítulo inspirado no pretogês afro-brasileiro como ato político de valorização da negritude, teorizado por **Lélia Gonzales**. Entre suas escolhas políticas, **Lélia Gonzalez** evidenciou as contribuições de negras e negros que vieram vítimas de escravização para o Brasil, na construção de comunidades culturais que contribuíram para a fixação de um português afro-brasileiro, o pretoguês, marca de africanização do português falado no Brasil. Em Portugal, apesar de estar atualmente em desuso, este termo é pejorativo, e usualmente utilizado no quadro de um discurso racista anti-negro.

Em contextos mais atuais, o colonialismo e a dominação colonial fazem-se constitutivos do mercado capitalista global, e um dos constituintes mais fortes da hegemonia contemporânea é o ensino superior, essencialmente considerado um alvo fundamental para as suas estratégias de crescimento e a retórica da sociedade do conhecimento/economia do conhecimento tem-se feito força ideológica da globalização hegemônica (Achile Mbembe, 2016: 40).

Tem-se estabelecido uma:

pressão hiper-privatística da mercantilização do conhecimento, das empresas concebidas como consumidoras, utilizadoras e mesmo co-produtoras do conhecimento científico, uma pressão que visa reduzir a responsabilidade social da universidade à sua capacidade para produzir conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável (Santos, 2010: 43).

Atualmente, muitas universidades refletem e perpetuam variantes do neoliberalismo. Em numerosos relatos acadêmicos, universidades têm sido descritas como neoliberais (Grosfoguel, 2016; Giroux, 2002; Mbembe, 2016; muitos outros), corporativa (Brownlee, 2015), Universidade-indústria (Santos, 2008). Nesse ambiente, empreendedorismo, mercantilização, competição e ranking tornaram-se norma.

Stephen Ball (2014), no livro *Educação Global S.A. - Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*, discute questões relacionadas às políticas públicas para a educação, e identifica uma nova geração de políticas educacionais, cujo caráter global tem provocado um redimensionamento nas relações entre o Estado e o neoliberalismo. Ball (2014) trata o

neoliberalismo como um conjunto complexo, muitas vezes incoerente, instável e até mesmo contraditório de práticas que são organizadas em torno de certa imaginação do ‘mercado’ como base para ‘a universalização das relações sociais baseadas no mercado, com a correspondente penetração em quase todos os aspectos de nossas vidas, do discurso e/ou da prática de mercantilização, de acumulação de capital e de geração de lucros (Ball, 2014: 25).

Ao analisar a ação das redes políticas, o autor afirma que estas têm sido atravessadas por “[...] transformação das relações sociais em calculabilidades e intercâmbios, isto é, na forma de mercado, e, portanto, na mercantilização da prática educacional” (Ball, 2014). Argumenta ainda que “as tecnologias neoliberais trabalham em nós para produzir um corpo docente e discente dócil e produtivo, e professores e alunos responsáveis e empreendedores” (Ball, 2014: 66). E sugere estarmos vivendo sob o regime de uma nova episteme política, a “episteme neoliberal” (Ball, 2014:163), a qual, entre outras produtividades mercadológicas no campo da educação, orientam práticas curriculares e sujeitos sociais.

Mais além da norma epistemológica dominante, estudos nas inúmeras áreas do conhecimento estão a mostrar que uma nova ordem do pensar científico que perspectiva horizontalidade e igualdade nas relações dos conhecimentos tem se afirmado na contemporaneidade, alargando a possibilidade do encontro entre culturas distintas e da geração de interculturalidade capaz de produzir justiça cognitiva (Meneses, 2009: 231), capaz de construir pensamentos alternativos de alternativas (Santos, 2015: 666), fundamentados no reconhecimento da diversidade do mundo, das suas experiências e dos seus saberes.

A organização universitária e o ethos universitário foram moldados por este modelo de conhecimento. Acontece que, ao longo da última década, se deram alterações que desestabilizaram este modelo de conhecimento e apontaram para a emergência de um outro modelo. Designo esta transição por passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário (Santos, 2010: 38).

Em oposição à episteme neoliberal, o conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextualizado, na medida em que o princípio organizacional da sua produção é a aplicação, pode constituir-se com influências dos fluxos culturais que advém das distintas realidades das distintas comunidades de aprendizagem.

No caso específico da população negra, o debate sobre a episteme neoliberal pode se entrelaçar, em uma análise ampliada da realidade social, à histórica imposição escravagista de transformação dos corpos negros em mercadorias. As ações de resistência transformadora e propositivas no âmbito acadêmico, engendradas pela população negra, como podemos notar de forma mais próxima a partir das ações e tecituras epistêmicas realizadas pelas integrantes do Coletivo Ângela Davis, não podem ser desassociadas do histórico enfrentamento à coisificação e mercantilização dos nossos corpos negros. A ocupação do espaço acadêmico por pessoas negras que carregam a experiência ancestral da luta por afirmação e humanização dos seus corpos, a partir das políticas afirmativas, são contributos potentes ao enfrentamento à mercantilização do conhecimento.

Tais práticas políticas permitem o diálogo com a noção de corpo-política do conhecimento (Grosfoguel, 2008) desenvolvida dentro das teorias decoloniais. Como categoria que se opõe ao ego político do conhecimento, compreendida como alicerçada no eu cartesiano, desencarnado, deslocalizado e, por isso, capaz de emitir enunciados pretensamente imparciais e universais sobre o mundo, a corpo-política do conhecimento a/o conhecedor/a e os conhecimentos sempre estão implicados no corpo e na geopolítica dos territórios.

A razão mercantilista considera o mundo, acima de tudo, como um mercado ilimitado, um espaço de livre concorrência e de livre circulação. A ideia do mundo como superfície percorrida por relações comerciais que atravessam as fronteiras dos Estados e ameaçam tornar obsoleta sua soberania é, sob muitos aspectos, contemporânea do nascimento do direito internacional, do direito civil e do direito cosmopolita, que teria por objetivo garantir a "paz perpétua". A ideia moderna de democracia, tal como o próprio liberalismo, é, portanto, inseparável do projeto de planetarização comercial, que teve como cadeias nodais a plantation e a colônia. (Mbembe, 2013: 146).

Na lógica mercantilista, as mercadorias só têm valor porque contribuem para a formação de riqueza e é nesse sentido que são utilizadas ou trocadas. Na perspectiva da razão mercantilista, a pessoa negra escravizada foi simultaneamente um objeto, um corpo e uma mercadoria. Em proveito do tráfico atlântico, entre os séculos XV e XIX, homens e mulheres originários do continente africano foram transformados em objetos, mercadorias e moeda e passaram a pertencer a outros, suas vidas passaram a ser as vidas e o trabalho dos outros, com quem estavam condenadas/os a viver, proibidas/os, porém, de manter relações como co-humanos. Mas, nem sob estas condições deixariam de ser sujeitos ativos (Mbembe, 2013: 13-14).

O expressivo avanço na formação acadêmica de grupos étnico-raciais, socialmente segregados e/ou sub-representados nas estruturas de poder da sociedade brasileira, tem tensionado disputas por espaços de existência de outras compreensões de saberes além do saber científico dominante; promovido convivência com o saber das religiões de matriz africana e indígenas e com o saber popular e as manifestações culturais, não mais como objeto para o conhecimento, mas como produtores e reprodutores de conhecimentos basilares das vidas.

Também reivindicado valoração das produções de conhecimento ligadas às nossas existências e contextos locais, que, historicamente têm sido consideradas militância subjetiva não acadêmico-científica, portanto, sem muita relevância; e criado valorações outras. Assim como aponta **Patricia Hill Collins**, no debate sobre a teoria do ponto de vista, onde destaca não apenas o fato de que todo conhecimento é posicionado, mas, principalmente, que o lugar subalternizado, em sua análise, ocupado por nós, mulheres negras, nas estruturas desiguais de poder, permite que compreendamos melhor as desigualdades sociais, elaborando o importante conceito de *outsider within*⁸ (Collins, 2000). O conceito, de acordo com **Collins** (2000), configura-se em uma posição

⁸ O estranho dentro.

privilegiada para a compreensão de dinâmicas complexas da vida social, pois, ao viver na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade.

Conclusão

Ainda que enfrentando constantes resistências conservadoras, as universidades têm sido transformadas a várias escalas a partir das subjetividades negras. E experienciam a expansão, a partir do acesso de estudantes cotistas, da necessidade de se reconstituir como espaço receptivo à diversidade, às subjetividades múltiplas, com as amplas referências das diversas matrizes do conhecimento, intercomunicando saberes e diálogos com as diferenças, as diversidades socioculturais e epistemológicas dos territórios em que estão inseridas. Têm sido tensionadas a fazer cada vez mais democráticas as suas políticas e práticas de formação e êxito acadêmico e impelida ao posicionamento político-ético-epistemológico emancipatório, na medida em que educação, igualdade social e equidade racial são reivindicadas como pautas político-pedagógicas.

Nesse ínterim, os coletivos de pesquisas têm assumido enfrentamentos e tensionamentos necessários para a transformação da estrutura colonial racista que historicamente impregna instituições universitárias brasileiras. Estas experiências, analisadas de forma conjunta, evidenciam os movimentos de transformação das relações entre pessoas/objetos no trabalho intelectual, mais especificamente ao que se refere à redução das hierarquias presente nestas relações, que são predominantemente marcadas pela colonialidade do poder/saber.

Referências

- Ball, Stephen John (2014), *Educação global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG.
- Carvalho, José Jorge de (2005), *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. Brasília: Editora Attar.
- Collins, Patricia Hill (2000), *The black feminist thought*. London, Routledge.
- Dawson, Marcelle C. (2020), “Rehumanizing the university for an alternative future: decolonisation, alternative epistemologies and cognitive justice”, *Identities* 27(1), 71-90.
- Figueiredo, Angela (2016), “Descolonização do conhecimento no século XXI”, in Ana Rita Santiago, Juvenal Conceição de Carvalho; Ronaldo Crispim Sena Barros;

- Rosângela Souza da Silva (orgs.), *Descolonização do Conhecimento no Contexto Afro-Brasileiro*, 43-62.
- Figueiredo, Angela; Grosfoguel, Ramón (2007), “Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras”, *Ciência e Cultura, Campinas*, 59(2), 36-41.
- Gomes, Nilma Lino (2012), “Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça”, *Educação & Sociedade, Campinas*, 33 (120), jul./set 727-744. Consultado a 21.05.2020, em <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>.
- Grosfoguel, Ramón (2010), *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*, in Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Grosfoguel, Ramón (2016), “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, *Revista Sociedade e Estado* 31(1), 25-49.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1989), *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo (1995), *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Editora 34. Consultado a 21.05.2020, em http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2012_JTSantos.pdf.
- Jesus, Rita de Cássia Dias Pereira de; Nascimento, Cláudio Orlando Costa do (orgs.) (2013), *Currículo, formação e universidade: autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular*. Cruz das Almas, EDUFRB.
- Kilomba, Grada (2019), *Memórias da plantaçãõ: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa. Orfeu Negro.
- Lefebvre, Henri (2006), *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [Online]. Consultado a 21.05.2020, em https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf
- Lugones, María (2014), “Rumo a um feminismo descolonial”, *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.

- Mbembe, Achille (2014), *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona.
- Mbembe, Achille (2016), “Decolonizing the university: New directions”, *Arts & Humanities in Higher Education*, 15 (1), 29–45.
- Meneses, Maria Paula (2009), “Justiça Cognitiva”, in Antonio David Cattani; Jean-Louis Laville; Luiz Inácio Gaiger; Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 231-236.
- Mignolo, Walter (2005), “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, in *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur, 35-54
- Ministério da Educação (2017), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB*. Consultado a 8.07.2020, em <https://issuu.com/ufrb/docs/issuu>.
- Reis, Dyane Brito (2007), “Acesso e Permanência de Negros(as) no Ensino Superior: o caso da UFBA”, in Maria Auxiliadora Lopes; Maria Lúcia de Santana Braga (orgs.), *Acesso e Permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – UNESCO.
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2015), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.
- Santos, Jocélio Teles dos (org.) (2012), *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO.
- Santos, Jocélio Teles dos (2013), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2014), *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG